

ANÁLISE DE UMA AÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA FOCADA NA NECESSIDADE DE PROFESSORES DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO ENSINO COMUM DE PELOTAS

GABRIELLE LENZ DA SILVA¹; RENATA OLIVEIRA CRESPO²; SÍGLIA PIMENTEL
HÖHER CAMARGO³

¹Universidade Federal de Pelotas - UFPel – gabelenz@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – UFPel – reecrespo@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - UFPel – sigliahoher@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiências na rede regular de ensino tem sido uma prática educacional amplamente adotada e o foco de políticas públicas em diversos países (CAMARGO et al., 2014, HAESEWER, 1999). No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) visa orientar os sistemas de ensino em direção a inserção incondicional de todos os estudantes, de modo que a escola promova respostas para atender as necessidades educacionais especiais de cada aluno. Essa política visa reforçar os direitos à uma educação inclusiva legalmente prevista e até então não consolidada (ALMEIDA, 2008; FREITAS, 2008). Diante disso, observa-se o aumento progressivo de crianças com deficiências sendo incluídas no ensino comum. Dentre elas, crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) estão ainda amparadas pela lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que formalmente caracteriza o autismo como deficiência e proíbe a negação de matrículas para estas crianças no ensino comum. Com isso o número de crianças com TEA incluídas nas escolas tem aumentado significativamente. No entanto, diversos estudos tem demonstrado que os professores não se sentem preparados para atender as demandas da inclusão (BOSA, 2006; CACCIARI, LIMA & BERNARDI, 2005; KRISTEN, BRANDT & CONNIE, 2003; SANT'ANA, 2005; ZUCHETTI, 2011) e crianças com autismo são frequentemente desacreditadas em suas capacidades de aprender (BAPTISTA & OLIVEIRA, 2002; TEZZARI & BAPTISTA, 2002). Considerando o papel do professor para a efetiva inclusão das diferenças, estes dados demonstram que as demandas das políticas de educação inclusiva adotadas no país tem progressivamente exigido respostas da comunidade acadêmica, sobretudo no que diz respeito a formação de professores. Em um estudo prévio a esta proposta (CAMARGO et al., 2015), investigando as principais dificuldades e desafios dos professores da rede municipal de Pelotas no processo de escolarização de crianças com autismo, a falta de formação continuada específica sobre o TEA foi apontada como uma das principais barreiras para a inclusão destas crianças no ensino comum. Alguns professores mencionaram jamais ter ouvido falar sobre o transtorno até receber um aluno com autismo em sua sala de aula e mencionam não possuir práticas pedagógicas para dar conta das necessidades educacionais destes alunos. Há o reconhecimento de diversas ações de formação continuada, as quais os professores qualificam como amplas e inespecíficas, deixando de fornecer subsídios necessários para a prática educacional diária com as crianças com autismo. Além disso, é mencionado pelos professores a dificuldade de participação em cursos de formação continuada que demandam tempo extra sala de aula e/ou são ofertados em períodos que

compreendem horário de trabalho, acarretando dificuldades de liberação para a gestão escolar garantir a participação dos professores. Nesse sentido, promover ações de formação continuada específicas focando nas dificuldades e dúvidas dos professores em relação ao TEA e como lidar com os desafios impostos por ele pode ser útil tanto para sanar as carências de informação sobre o transtorno, quanto proporcionar formação continuada de maneira objetiva e sucinta, mas que atenda as reais necessidades de aprendizagem de práticas efetivas e facilite a participação dos professores. A partir dos dados obtidos no projeto anterior foi possível elaborar uma ação de formação continuada na qual os professores obtenham informações específicas e relevantes para as suas necessidades. Nesse sentido, torna-se importante investigar se uma ação de formação continuada de curta duração focada na necessidade apontada pelos professores mostra-se útil e efetiva para sanar dúvidas e proporcionar o repensar das práticas pedagógicas de modo que estas venham ao encontro das necessidades dos alunos com TEA, proporcionando assim a efetiva inclusão destas crianças.

2. METODOLOGIA

Partindo dos resultados obtidos na pesquisa anterior (CAMARGO et al., 2015) com professores de crianças com autismo incluídas na rede regular de ensino do município de Pelotas, foi elaborada uma ação de formação continuada de curta duração focada na orientação de práticas pedagógicas gerais que venham ao encontro das dificuldades e desafios por eles apontados com maior frequência, a saber, dificuldades relacionadas a aprendizagem, comportamento, comunicação, socialização e rotina de alunos com TEA. Primeiramente, foi realizado contato com a Secretaria de Educação do Município de Pelotas para obter a concessão de autorização para realizar a formação continuada de curta duração e o estudo nas escolas do município. Para efetivar a ação de formação continuada, foram contatadas as 19 escolas que participaram da pesquisa anterior e que possuem alunos com TEA matriculados. Após entrar em contato com as escolas, estas foram esclarecidas quanto à natureza e objetivos do estudo. Após a anuência da instituição, os professores participantes do estudo anterior e demais professores da escola, que possuem alunos com TEA ou não, foram convidados a participar da ação de formação continuada. Cada escola teve um encontro de 4 horas nas próprias dependências da escola com profissionais capacitados e especializados em TEA para receber orientações e materiais informativos sobre o tema. As atividades propostas na ação de formação continuada ocorrerão em duas etapas. Na primeira, foram apresentados os resultados da pesquisa anterior, de modo que os professores conheçam quais foram as principais dificuldades apontada pelos professores participantes da pesquisa, permitindo-os refletir sobre as suas próprias dificuldades com seus alunos. Na segunda etapa, o investigador principal abordou cada uma das dificuldades apresentadas pontuando didaticamente as possibilidades de intervenção e práticas pedagógicas que tem sido empiricamente demonstradas como efetivas para minimizar tais dificuldades. Trata-se de uma apresentação expositiva dialogada, onde as dificuldades e possibilidades de intervenção apresentadas norteiam a segunda etapa, quando as professoras trazem exemplos e sanam dúvidas referentes a realidade em que se inserem. Além disso, foi elaborada, como material de apoio e referência, uma cartilha de orientação para professores das escolas municipais de ensino da cidade de Pelotas participantes da pesquisa.

Os dados sobre a utilidade e eficácia da ação de formação continuada serão coletados através de um questionário anônimo a ser respondido pelos professores que possuem alunos com autismo incluídos em suas turmas, que participaram da ação de formação continuada, que receberam a cartilha e que concordaram com a sua participação no estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados ocorrerá no período de no mínimo 3 meses após a execução da proposta de formação continuada, de modo que os professores tenham tempo de avaliar a utilidade das informações obtidas para auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem de alunos com TEA. Para análise dos dados será empregada a análise de conteúdo proposta por BARDIN (1977). A análise das respostas ao questionário será percorrida através das etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Assim, as respostas dos participantes serão agrupadas em categorias de análise a posteriori, observando-se os critérios de recorrência do conteúdo, a intenção da mensagem, a pertinência e a homogeneidade. Análises de estatística descritiva serão empregadas para sumarizar os dados e responder aos objetivos propostos. Este procedimento permitirá identificar e visualizar com maior clareza os aspectos apontados pelos professores a respeito da efetividade da ação proposta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 19 (dezenove) escolas que participaram da pesquisa anterior, 7 (sete) já participaram da ação de formação continuada, 1 (uma) não possui alunos com autismo no ano letivo de 2016, 2 (duas) não dispõem de horário disponível para a realização da ação de formação continuada e as demais estão agendadas para o mês de agosto e início de setembro. As escolas estão marcando a ação de formação continuada no dia e horário em que aconteceria as reuniões pedagógicas ou em um dia durante a semana, no qual os alunos são dispensados. Devido a isto, ou seja, à disponibilidade das escolas, a pesquisa ainda está em andamento. Os questionários das escolas que já participaram da ação de formação continuada começarão a ser recolhidos no mês de agosto/2016.

4. CONCLUSÕES

Por focar nas dificuldades e barreiras enfrentadas pelos professores no processo de inclusão de alunos com TEA, acredita-se que tanto a ação de formação continuada, como a cartilha, trarão benefícios diretos aos professores em relação ao fornecimento de orientações a respeito de alunos com TEA, aprimorando as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores e consequentemente melhorando a sua qualificação profissional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. **Colóquio**. *Revista Inclusão*, 4 (1), 18 – 32, 2008.

BAPTISTA, C. R. & OLIVEIRA, A. C. **Lobos e médicos: primórdios na educação dos “diferentes”**. In C. R. Baptista, & C. A. Bosa (Eds) *Autismo e Educação: Reflexões e propostas de intervenção* (pp. 93-109). Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28, 47-53, 2006.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente**. São Paulo: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. *Inclusão*, v.4, n.1, p. 7-17, 2008.

CACCIARI, F. R.; LIMA, F. T. & BERNARDI, M. R. **Ressignificando a prática: Um caminho para a inclusão**. *Construção Psicopedagógica*, 13, 13-28, 2005

CAMARGO, S.P.H., RISPOLI, M., GANZ, J., HONG, E., DAVIS, H., MASON, R. **A review of the quality of behaviorally-based intervention research to improve social interaction skills of children with ASD in inclusive settings**. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 44, 2096-2116, 2014

CAMARGO, S.P.H., LENZ, G., CRESPO, R.O., LESSA, S. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto de inclusão: Uma avaliação na perspectiva dos professores**. Projeto de Pesquisa submetido a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, 2015.

FREITAS, S. N. **Colóquio**. *Revista Inclusão*, 4 (1), 18 – 32, 2008.

HARROWER, J. K. **Educational inclusion of children with severe disabilities**. *Journal of Positive Behavior Intervention*, 1 (4), 215-230, 1999.

KRISTEN, R.; BRANDT, C. & CONNIE, K. **General education teachers' relationships with included students with Autism**. *Journal of Autism and developmental disorders*, 33, 123-130, 2003.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: Concepções de professores e diretores**. *Psicologia em Estudo*, 10, 227 – 234, 2005.

TEZZARI, M. & BAPTISTA, C. R. **Vamos brincar de Giovani? A integração escolar e o desafio da psicose**. In C. R. Baptista, & C. A. Bosa (Eds.), *Autismo e Educação: Reflexões e proposta de intervenção* (pp.145-156). Porto Alegre: ArtMed, 2002.

ZUCHETTI, D. T. **A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica**. *Educação em Revista*, 27, 2, 197-218, 2011.